



Na segunda-feira, Executivo local deve ser intimado a se posicionar em relação ao recurso apresentado pelo Ministério Público Federal que cobra a volta das medidas restritivas em Brasília. Empresários defendem manutenção das atividades

GDF tem 15 dias para se manifestar

» EDIS HENRIQUE PERES
» PEDRO MARRA

O setor produtivo do Distrito Federal pretende se mobilizar, nas próximas semanas, para cobrar a manutenção do funcionamento de comércios e de serviços em Brasília. Na última quinta-feira, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou um recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em defesa da anulação de uma decisão do presidente da corte, ministro Humberto Martins. Em 9 de abril, o magistrado liberou atividades não essenciais no DF. Diante desse pedido, o Executivo local recebeu prazo de 15 dias para se manifestar.

No recurso, o subprocurador-geral da República, Nicolau Dino, argumentou que a determinação do STJ — atualmente em vigor no DF — fez um “juízo político” para enfraquecer “fundamentos de natureza técnica” que apontaram, “na origem, sensível agravamento da pandemia”. Empresários de setores criticaram o pedido, principalmente com a proximidade do Dia das Mães, em 9 de maio, segunda melhor data de vendas. O vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista-DF), Sebastião Abritta, teme novas restrições e estima um lucro até 3% maior na data, na comparação com 2020, quando houve queda de 41% em relação ao ano anterior. “(O lucro ocorreria) com a manutenção de todo o varejo aberto. Um novo fechamento poderia ter efeito inimaginável para os empresários do ramo. Entendemos ser necessário focar na manutenção dos empregos e CNPJs”, defende.

Para o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), José Aparecido Costa Freire, o recurso do MPF não considera as medidas de segurança adotadas. “O comércio não pode ser culpado pela crise da pandemia, pois seguimos tudo o que é exigido como medida de combate à covid-19. Ter horários reduzidos de funcionamento é o mínimo para a sobrevivência das empresas e dos empregos. Concordamos com o toque de recolher das 22h às 5h, o que comprova a diminuição da taxa de infecção pelo vírus. Mas não podemos ter fechamento do comércio, porque o setor produtivo não é o vilão dessa taxa”, opina.

Reclamações

Com uma academia há 13 anos em atividade em Sobradinho, o educador físico Alan Guimarães Fontenele, 40,

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Educador físico, Alan Guimarães preocupa-se com as incertezas geradas pelo debate

Quantidades

43.140

Doses para idosos de 65 e 64 anos

2.237

Unidades para as forças de segurança

4.414

Vacinas para os profissionais de saúde

Taxa de transmissão volta a subir

Boletim divulgado pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal ontem mostrou que a taxa de transmissão da covid-19 voltou a subir. Agora, o indicador encontra-se em 0,95 — contra 0,92 no início da semana. Além disso, em 24 horas, o DF teve 1.108 novos casos confirmados e mais 76 vítimas da doença. Com a atualização, o total de infectados subiu para 364.452, e o de mortos, para 7.125. A média móvel de casos caiu 17,59% em relação ao verificado há 14 dias. Já a de óbitos registrou diminuição de 16% na comparação com a mesma data. Por volta das 19h de ontem, a taxa de ocupação dos leitos em unidade de terapia intensiva (UTI) na rede pública estava em 95,38%. Na rede particular, no horário, 99,51% das vagas para adultos com covid-19 estavam com pacientes.

conta que enfrentou dificuldades à época do fechamento amplo, o que prejudicou o faturamento da empresa. “Fica impossível ter um planejamento com essa incerteza. Estávamos com a previsão de, até o meio do ano, reequilibrar as contas e toda a parte financeira que tínhamos em aberto. A pouca receita que recuperamos possivelmente desaparecerá”, argumenta o sócio-proprietário do estabelecimento, atualmente com 10 funcionários.

Dono de uma barbearia na 211 Norte, Reinaldo Machado de Souza, 46, relata que ainda não conseguiu negociar um novo desconto no valor do aluguel do es-

tabelecimento e, por isso, está com o pagamento com 15 dias de atraso. “Tivemos uma conversa com o dono, que deu uma alívada em uma parte do aluguel à época do primeiro fechamento. Mas, no mais recente, não negociamos. Se houver nova decisão contra nós, será complicado demais. Estamos desesperados”, diz Reinaldo. “Não podemos ficar nesse abre e fecha, porque acaba com todo mundo. As autoridades não tomam uma decisão certa”, completa.

Para Paulo Maurício Siqueira, diretor-tesoureiro e coordenador do Comitê de Gestão Emergencial da Covid-19 da seccional distrital da Ordem dos Advogados

Ed Alves/CB/D.A Press



Dono de uma barbearia, Reinaldo enfrenta dificuldades para pagar o aluguel do imóvel

do Brasil (OAB-DF), é necessária uma coordenação compartilhada entre órgãos da sociedade civil e o Executivo local. Esse tipo de trabalho permitiria uma gestão mais transparente da crise, segundo ele. “Deveria haver um estudo por parte do GDF (Governo do Distrito Federal) com órgãos de controle, do Ministério Público, sindicatos e federações, por exemplo, para divulgar as medidas com um critério definido. Não há justificativa alguma para abrir academia e não abrir restaurante. Na quinta-feira passada, nosso comitê protocolou um pedido aos tribunais de Contas da União e do Distrito Federal para que peçam explicações”, afirma o advogado.

Na avaliação do professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) Alexandre Bernardino Costa, a junção da instabilidade judicial com a política influencia para o clima de incerteza da população. “Infelizmente, isso obedece a uma lógica muito mais político-comercial e clientelista do que científica, de saúde pública. Temos uma coordenação muito difusa da pandemia nas unidades federativas, e, no DF, não é diferente”, analisa Alexandre.

Até o fechamento desta edição, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PG-DF) não havia sido intimada para se posicionar em relação ao recurso apresentado pelo MPF. O escritório tem previsão de chegar na segunda-feira.

» Colaboraram Adriana Bernardes, Luana Patriolino e Samara Schwingel

Tira-dúvidas

Estou no grupo prioritário, tenho de agendar a vacinação?

Apenas profissionais das forças de segurança — a partir de segunda-feira — e da rede privada de saúde — na terça-feira — precisam agendar a vacina, pelo site vacina.saude.df.gov.br.

Quais documentos preciso levar?

Apenas documento de identificação com foto, CPF e cartão de vacina. Caso não tenha o cartão de vacina, haverá emissão de um novo no local.

Se eu não levar, terei que voltar para buscar?

É necessário apresentar ao menos um documento com foto que comprove a data de nascimento.

Onde profissionais da segurança pública devem se vacinar?

Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal serão atendidos na Administração Regional de Santa Maria e na UBS nº 1 do Núcleo Bandeirante, que também atende policiais civis. O Ginásio São Bartolomeu atende exclusivamente bombeiros militares. Agentes da Seape serão recebidos na UBS nº 1 do Guarã. Policiais civis também podem buscar atendimento na UBS nº 4 do Guarã. Funcionários do Detran-DF recebem as doses na UBS nº 2 de Sobradinho 2.

Edis Henrique Peres/CB/D.A Press



Maria Nilza e o marido, Lázaro, ficaram 40 minutos na fila, na Asa Norte

Vacinação continua hoje e amanhã

A Secretaria de Saúde (SES-DF) dá continuidade, hoje, ao atendimento do novo grupo prioritário, que agora inclui pessoas com 64 e 65 anos. A vacinação ocorre hoje e amanhã, das 9h às 17h, em 15 postos, que incluem pontos drive-thru e unidades básicas de saúde (UBSs). É possível consultar a lista em correiobraziliense.com.br.

O atendimento ao novo público-alvo começou ontem, às 13h, em 44 locais, devido à chegada de 80 mil doses de imunizantes ao DF. A aposentada Maria Nilza Santana, 64 anos, vacinou-se na Unidade Básica de Saúde (UBS) nº 2 da Asa Norte. Acompanhada do marido, Lázaro Santana, 72, que já recebeu as duas doses, os dois aguardaram por cerca de 40 minutos na fila. “Ficamos bem mais tranquilos sabendo que estamos imunizados. Mas, claro, precisamos fazer de tudo para nos cuidar. Só porque estamos vacinados,

seja com a primeira ou a segunda dose, não significa que tudo está liberado”, ressalta Maria Nilza. A aposentada diz que o isolamento transformou a rotina do casal, mas considera a medida essencial para o bem de todos. “As medidas de proteção são necessárias. Por mais que mudem nossa vida, precisamos fazer”, defende.

Ontem, o Ministério Público Federal (MPF) encaminhou um ofício ao governador Ibaneis Rocha (MDB), para questioná-lo sobre a lentidão na campanha de vacinação contra covid-19 na capital federal. O documento — assinado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, e pela subprocuradora-geral da República Célia Regina Souza Delgado — afirma que houve entrega de 632.310 doses ao DF, mas aplicação de 361.059 (57,1%). O Executivo local recebeu o pedido e o documento está em análise. O prazo para resposta é de 10 dias.

Paralisação

A campanha de vacinação provocou protestos por parte dos rodoviários. Motoristas e cobradores de ônibus paralisaram as atividades ontem para cobrar a inclusão desses profissionais no grupo prioritário de vacinação contra a covid-19. Por volta das 18h, os trabalhadores participaram de uma assembleia em frente ao Estádio Mané Garrincha e, depois, voltaram a circular. O grupo reúne cerca de 12 mil pessoas.

O secretário-geral do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal, José Wilson, ressaltou que a categoria se expõe diariamente ao novo coronavírus e, por isso, precisa ser vacinada. “Esse protesto é muito importante, porque o governo local prometeu (incluir a classe na campanha), juntamente aos policiais e os professores. Pelo que vemos, a quantidade de vacinas que chegaram é insu-

ficiente e não há data prevista para começar a imunização dos trabalhadores. Os transportes estão lotados, andam de um lado para o outro, e a categoria está insegura”, afirmou.

Na semana que vem, os rodoviários pretendem se reunir mais vezes para discutir novos atos e paralisações. A manifestação de ontem foi a segunda em menos de 10 dias. Em 7 de abril, a categoria parou as atividades e fez uma carreata no Eixo Monumental. Em frente ao Ministério da Saúde, cobraram agilidade na compra e distribuição de doses.

A SES-DF informou que o Ministério da Saúde ampliou a porcentagem de doses da reserva técnica. Antes, 5% dos imunizantes recebidos destinavam-se a suprir possíveis perdas. Agora, a quantidade subiu para 10%. Segundo a pasta distrital, o motivo é que alguns frascos contam com menos doses que o esperado.